

**Mulheres, Crianças e Adolescentes na UNGA80
e a 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres no Brasil**

*Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Ana Cyntia Paulin Baraldi
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

Resumo: Em setembro e outubro de 2025, dois marcos reforçaram os compromissos nacionais e internacionais com a igualdade de gênero e os direitos humanos. A 80ª Assembleia Geral da ONU (UNGA80) destacou a agenda global de saúde, direitos e equidade, com foco em mulheres, crianças e adolescentes, reafirmando, 30 anos após a Plataforma de Pequim, a necessidade de ações concretas e monitoradas em temas como mortalidade materna e infantil, saúde reprodutiva, malária, crises humanitárias e financiamento em saúde. No mesmo período, a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, marcou a retomada da participação social e do diálogo federativo sobre igualdade de gênero no Brasil. O evento reuniu mais de quatro mil participantes e resultou na formulação da *Plataforma das Mulheres do Brasil*, com diretrizes para o novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirmando o compromisso com a democracia, a equidade e os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; Equidade de gênero; Desenvolvimento Sustentável; Nações Unidas; Direitos das Mulheres; Políticas Públicas.

Abstract: In September and October 2025, two milestones reinforced national and international commitments to gender equality and human rights. The 80th United Nations General Assembly (UNGA80) highlighted the global agenda on health, rights, and equity, focusing on women, children, and adolescents. Thirty years after the Beijing Platform for Action, it reaffirmed the need for concrete and accountable actions addressing maternal and child mortality, reproductive health, malaria, humanitarian crises, and health financing. During the same period, the 5th National Conference on Policies for Women, held in Brasília, marked the renewal of social participation and federal dialogue on gender equality in Brazil. The event gathered over four thousand participants and resulted in the *Women's Platform of Brazil*, outlining the new National Plan for Policies for Women and reaffirming the country's commitment to democracy, equity, and women's rights.

Keywords: *Women; Gender Equality; Sustainable Development; United Nations; Women's Rights; Public Policy.*

Resumen: En septiembre y octubre de 2025, dos hitos reforzaron los compromisos nacionales e internacionales con la igualdad de género y los derechos humanos. La 80ª Asamblea General de las Naciones Unidas (UNGA80) destacó la agenda global de salud, derechos y equidad, con un enfoque en mujeres, niños y adolescentes. A treinta años de la Plataforma de Acción de Beijing, reafirmó la necesidad de acciones concretas y con rendición de cuentas en temas como mortalidad materna e infantil, salud reproductiva, malaria, crisis humanitarias y financiamiento en salud. En el mismo período, la 5ª Conferencia Nacional de Políticas para las Mujeres, realizada en Brasilia, marcó la reanudación de la participación social y del diálogo federativo sobre igualdad de género en Brasil. El evento reunió a más de cuatro mil participantes y dio lugar a la

Plataforma de las Mujeres de Brasil, que orienta el nuevo Plan Nacional de Políticas para las Mujeres y reafirma el compromiso del país con la democracia, la equidad y los derechos de las mujeres.

Palabras clave: *Mujeres; Igualdad de género; Desarrollo Sostenible; Naciones Unidas; Derechos de las Mujeres; Políticas Públicas.*

Mulheres, Crianças e Adolescentes em pauta na UNGA80

A 80ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (UNGA80), realizada em setembro de 2025, ocorreu 30 anos desde a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 15 anos da ONU Mulheres e 5 anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Aberta em 9 de setembro de 2025 sob o tema "Melhores Juntos: 80 anos e mais pela paz, desenvolvimento e direitos humanos", configurou-se como um espaço crítico para reafirmação de compromissos internacionais nas agendas de saúde, bem-estar e direitos humanos de mulheres, crianças e adolescentes.

Além dos [eventos da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral](#), como o Debate Geral e a [High-level Meeting on the 30th Anniversary of the Fourth World Conference on Women](#), inúmeros eventos paralelos (*side events*), declarações de chefes de Estado, e articulações entre redes de líderes globais trouxeram à tona os desafios persistentes – e em alguns casos crescentes – que esses grupos enfrentam, especialmente em contextos de conflito, crises econômicas, humanitárias, deslocamentos e emergências climáticas.

No dia 22 de setembro, ocorreu a High-Level Meeting on the 30th Anniversary of the Fourth World Conference on Women, onde o Secretário-Geral, António Guterres, [pediu um compromisso com a igualdade de gênero](#), afirmando que os direitos das mulheres são direitos humanos e que nenhum país alcançou igualdade plena. Apesar dos avanços desde 1995, o progresso é lento, desigual e sob ataque. Ele também alertou que o avanço tecnológico, especialmente a inteligência artificial e mídias sociais, pode reproduzir vieses de gênero e aprofundar desigualdades. É urgente garantir que a tecnologia promova igualdade, incluindo educação de mulheres e meninas em STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Convocada pela Presidência da Assembleia Geral, com o apoio da ONU Mulheres, a reunião foi realizada sob o tema: “Recomprometendo, financiando e acelerando a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.”

A presidente da 80ª Assembleia Geral, Annalena Baerbock, afirmou que “em nenhum país os direitos das mulheres são iguais aos dos homens” e que, em muitos lugares, falar desses direitos ainda pode representar risco. Sima Bahous, Diretora Executiva da ONU Mulheres, [em seu discurso](#) afirma que 2025 deve ser um ponto de virada para a igualdade de gênero — não apenas um momento simbólico de comemoração, mas de ação concreta. O discurso enfatiza a necessidade de que declarações e compromissos sejam traduzidos em ações mensuráveis e financiadas, por meio da “Agenda de Ação Beijing+30”.

Além dos Eventos de Alto Nível (High-Level), foram realizados encontros específicos (focados em saúde materna e infantil, mortalidade neonatal, malária, acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, e direitos das meninas e adolescentes, como o evento [“Uniting for Global Health Security”](#) promovido pelo Global Leaders Network for Women’s, Children’s and Adolescents’ Health (WCAH) e pela African Leaders Malaria Alliance (ALMA). Destacaram-se também o encontro ministerial da [WPS Focal Points Network](#), que reafirmou compromissos globais na agenda de mulheres, paz e segurança; o [13º Accountability Breakfast da PMNCH](#), voltado ao monitoramento de avanços em saúde e direitos de mulheres, crianças e adolescentes; e o evento promovido pela [União Europeia](#), que reforçou o [engajamento internacional para eliminar a violência contra mulheres e meninas](#).

Algumas declarações específicas, como o [discurso da Representante Especial da ONU para Violência Sexual em Conflito, Pramila Patten](#), tratou de “mulheres e meninas que ficam grávidas como resultado de estupro em contexto de conflito” e dos direitos das crianças nascidas dessa violência.

Organizações da Sociedade Civil e redes acadêmicas também estiveram representadas, como o [Population Council](#), que realizou eventos públicos focalizados em [saúde sexual e reprodutiva de jovens](#), poder transformador da educação e soluções locais inovadoras lideradas na África.

Principais temas abordados

- Saúde Materna, Infantil e Adolescente

O mencionado evento [“Uniting For Global Health Security”](#) destacou dados alarmantes: em 2023, cerca de 260.000 mulheres morreram por causas evitáveis relacionadas à gravidez e parto, 4,8 milhões de mortes de crianças abaixo de 5 anos (incluindo 2,3 milhões de recém-nascidos), além de quase 1,9 milhão de natimortos. Também foi ressaltado que complicações de saúde reprodutiva entre adolescentes (15-19 anos), inclusive abortos inseguros, continuam sendo uma das principais causas de morte.

- Malária e Outras Doenças Tropicais, Equidade em Saúde

O [esforço de combate à malária foi colocado como central, especialmente no contexto africano](#), com ênfase em intervenções tanto preventivas quanto de tratamento. Houve apelos por novas parcerias e financiamento sustentável, para que mulheres, crianças e adolescentes tenham acesso pleno a diagnósticos, tratamento e prevenção.

- Direitos Sexuais e Reprodutivos/Acesso a Contracepção

[Esse tema apareceu de forma transversal](#), seja nos debates sobre mortalidade materna, no direito das adolescentes, ou na urgência de serviços reprodutivos acessíveis, inclusive em cenários fragilizados.

- Vulnerabilidades em Contexto de Conflito/Crise Humanitária /Migração

Mulheres, meninas e adolescentes que vivem em zonas de conflito ou deslocamento enfrentam riscos adicionais, como violência sexual, gravidez forçada ou resultante de estupro

em conflito, crianças nascidas desses estupros enfrentam discriminação, risco de apatridia, dificuldades de acesso à educação, saúde e cuidados básicos. [A declaração de Pramila Patten trouxe isso com clareza](#). Também houve [destaque às pessoas refugiadas e migrantes no que toca a doenças não transmissíveis e saúde mental](#), grupos que geralmente enfrentam barreiras de acesso a cuidados.

- Financiamento, Parcerias Locais e Prestação de Contas

Foi enfatizada a necessidade de inovação no financiamento para saúde global, com mecanismos que envolvam setor público, privado, parcerias, assim como foco em *accountability*, ou seja, acompanhamento dos compromissos feitos. [allAfrica.com+1](#)

- Promoção de Políticas Sensíveis ao Gênero e Empoderamento de Jovens Mulheres

[Eventos como os patrocinados por Women Deliver](#) focaram em normativas transformadoras de direitos e igualdade de gênero, assim como assegurar espaços para jovens mulheres e pessoas com identidades diversas expressarem suas demandas.

Considerações

Apesar dos compromissos, muitos países ainda enfrentam retrocessos ou estagnação em mortalidade materna e neonatal, sobretudo em cenários de crise. O acesso à saúde ainda é muito desigual quando analisadas áreas rurais, populações em deslocamento, migrantes ou refugiadas, e meninas adolescentes enfrentam barreiras adicionais.

Os recursos são insuficientes, especialmente para serviços de saúde reprodutiva, contracepção, e para lidar com consequências de violência sexual no conflito. Problemas legais e normativos também continuam sem soluções efetivas em muitos lugares.

Há um chamado claro para pesquisas que possam informar políticas locais, especialmente estudos de implementação, custos, equidade no acesso, impactos indiretos de crise (como clima ou deslocamento). A urgência de monitoramento de dados desagregados por gênero, idade, localidade, status de crise ou deslocamento se torna ainda mais evidente.

A UNGA80 reforçou que a agenda de saúde para mulheres, crianças e adolescentes continua sendo uma pedra angular para atingir os ODS, e exige abordagens adaptadas aos contextos de crise locais.

5ª. Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro de 2025 aconteceu em Brasília a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM). Sob o tema “Mais Democracia, Mais Igualdade e Mais Conquistas para Todas”, o evento representou um marco de retomada da participação social e do diálogo federativo sobre políticas de igualdade de gênero no Brasil.

Promovida pelo Ministério das Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), em parceria com os entes federativos e a sociedade civil, a 5ª CNPM reafirmou o compromisso do Estado brasileiro com a democracia, a igualdade e a representatividade das mulheres em toda a sua diversidade. Após nove anos de interrupção, o evento simbolizou a reconstrução de espaços participativos e o fortalecimento das políticas públicas voltadas às mulheres em todas as esferas da federação.

As conferências nacionais configuram-se como instrumentos institucionais de participação social e formulação de políticas públicas. Desde 2004, consolidaram um modelo democrático de construção coletiva que resultou em sucessivos Planos Nacionais. A primeira conferência, realizada em 2004, originou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres¹, com grande destaque para as questões de gênero e raça no país. A segunda, em 2007, resultou no II Plano Nacional², ampliando o enfoque para populações femininas excluídas, justiça ambiental e combate a todas as formas de discriminação. A terceira, em 2011, durante o governo da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff, produziu o III Plano Nacional (2013–2015)³, com avanços na incorporação do debate da equidade de gênero em todos os espaços públicos e instâncias de poder. A quarta conferência, em 2015, ocorreu em um contexto de descontinuidade institucional e não gerou novo plano. Por fim, a 5ª CNPM, em 2025, marca a retomada do processo conferencial, reafirmando os princípios de autonomia, equidade, diversidade, laicidade e universalidade das políticas públicas para as mulheres.

A conferência foi estruturada em quatro etapas complementares, garantindo ampla mobilização e representatividade social: conferências livres, autoconvocadas por coletivos, movimentos e organizações de mulheres; conferências municipais e regionais, promovidas por administrações locais e conselhos municipais; conferências estaduais e distrital, organizadas pelos governos estaduais e pelo Distrito Federal; e a etapa nacional, que reuniu as delegadas eleitas para consolidar as deliberações e formular a Plataforma das Mulheres do Brasil, documento-base para o novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A metodologia combinou painéis de debate, espaços de diálogo deliberativos e plenária final, assegurando escuta ativa, paridade entre governo e sociedade civil e transparência nos processos decisórios.

A cerimônia de abertura contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra das Mulheres, de ministras de Estado, parlamentares, lideranças sociais e representantes de organismos internacionais. Na ocasião, o presidente sancionou dois projetos de lei de relevância nacional para os direitos das mulheres e das famílias. O primeiro foi o Projeto de Lei nº 386/2023⁴, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Lei nº 8.213/1991, ampliando a licença-maternidade e o salário-maternidade. A nova Lei nº 15.222/2025 permite a prorrogação dos benefícios por até 120 dias após a alta hospitalar da mãe e do recém-nascido, nos casos de complicações

médicas que resultem em internações superiores a duas semanas. O segundo foi o Projeto de Lei nº 853/2023⁵, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães, com ênfase nos primeiros mil dias de vida – período que abrange a gestação e os dois primeiros anos da criança – reforçando políticas integradas de saúde, nutrição e desenvolvimento infantil.

A etapa nacional reuniu mais de quatro mil participantes de todos os estados e do Distrito Federal. Os debates foram organizados em quinze grupos temáticos, com destaque para a autonomia econômica, o trabalho, a renda e o cuidado; a justiça de gênero e étnico-racial; a violência política de gênero e a democracia digital; a dimensão de gênero e raça nas mudanças climáticas; as políticas de saúde, educação e assistência social com perspectiva de gênero; e a democracia, soberania e participação política das mulheres. A programação incluiu também a Mostra de Economia Solidária e Criativa, a exposição “Mulheres na Luta por Democracia, Igualdade e Soberania” e o lançamento de obras literárias de autoria feminina, fortalecendo a visibilidade das mulheres nas artes, na economia popular e nos espaços de decisão.

Na plenária final, realizada em 1º de outubro de 2025, as delegadas aprovaram o relatório final com propostas divididas em quinze eixos temáticos, que subsidiarão o novo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Entre as deliberações prioritárias estão a promoção da igualdade salarial e de condições dignas de trabalho; a redução da jornada laboral, com o fim da escala 6x1; a valorização do trabalho do cuidado e o fortalecimento da economia solidária; o enfrentamento à violência de gênero e à violência política; a ampliação da participação das mulheres em espaços de poder; e o desenvolvimento de políticas intersetoriais com enfoque em equidade racial, ambiental e territorial.

Durante o evento, o Ministério das Mulheres, em parceria com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a ONU Mulheres e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), lançou duas publicações temáticas: “Todas as Mulheres: Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos para Travestis e Mulheres Trans”⁶, com fundamentos legais e recomendações internacionais sobre o enfrentamento à discriminação e à violência; e “Mulheres nas Ações Climáticas: Participação Política na Construção de um Futuro Digno e Justo”⁷, que destaca o papel central das mulheres na agenda climática e na COP30, a ser realizada em Belém.

Também foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com diferentes órgãos federais⁸: com os Correios, para ações de enfrentamento à violência contra as mulheres e divulgação do Ligue 180; com o Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional de mulheres vítimas de violência; e com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Defensoria Pública da União e a Procuradoria-Geral do Estado, para o fortalecimento da

gestão das políticas públicas para as mulheres e da articulação entre justiça e direitos humanos.

A 5ª CNPM reafirma o papel da participação social e da cooperação federativa como fundamentos da democracia brasileira. Ao integrar a formulação de políticas de gênero com avanços legislativos concretos, o evento consolida um marco contemporâneo para a construção de políticas públicas sustentáveis, inclusivas e baseadas em direitos humanos. O processo fortalece a transversalidade de gênero nas políticas públicas e contribui para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (especialmente, mas não limitados aos ODS 5, ODS 10 e ODS 16), reforçando o compromisso do Brasil com os tratados internacionais de equidade e direitos das mulheres.

Referências

1. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p. : il. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/arquivo1planonacionaldepoliticaparaasmulheres.pdf>. Acesso em 09/10/2025.
2. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008. 40 p.: il. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/navigate-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2008/livreto-mulher.pdf>. Acesso em 09/10/2025.
3. Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Documents/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em 09/10/25.
4. BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 386, de 2023. Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença-maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73-A à Lei nº

- 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo do salário-maternidade. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://legis.senado.leg.br/sdle-g-getter/documento?dm=9255683&ts=1717767327662&disposition=inline>. Acesso em: 05/10/2025.
5. BRASIL. Lei nº 15.221, de 29 de setembro de 2025. Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre os Cuidados com as Gestantes e as Mães. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 186, p. 1, 30 set. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.221-de-29-de-setembro-de-2025-659310225>. Acesso em 09/10/2025
 6. Brasil. Presidência da República. Ministério das Mulheres. Cartilha: Todas as Mulheres: Dignidade, Cidadania e Direitos Humanos para Travestis e Mulheres Trans. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. 109 p: il. Disponível em: <file:///C:/Users/baraldiana/Downloads/CARTILHA-DIGNIDADE-E-CIDADANIA-PARA-TRAVESTIS-E-MULHERES-TRANS-VF.pdf>. Acesso em: 09/10/2025.
 7. Brasil. Presidência da República. Ministério das Mulheres. Cartilha: Mulheres nas Ações Climáticas: Participação Política na Construção de um Futuro Digno e Justo. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. 89 p: il. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/cartilha-mulheres-clima/view>. Acesso em: 09/10/2025.
 8. BRASIL. Ministério das Mulheres. Mulheres vítimas de violência terão prioridade em vagas de emprego e cursos de qualificação. *Gov.br*, Brasília, 2 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/outubro/mulheres-vitimas-de-violencia-terao-prioridade-em-vagas-de-emprego-e-cursos-de-qualificacao>. Acesso em: 09/10/2025.